

**HABEAS CORPUS Nº 478.032 - AC (2018/0296398-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : FABIANO MAFFINI E OUTRO  
**ADVOGADOS** : FRANCISCO SILVANO RODRIGUES SANTIAGO - AC000777  
FABIANO MAFFINI - AC003013  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE  
**PACIENTE** : FELIPE SOUZA MOTA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de FELIPE SOUZA MOTA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre no (*Habeas Corpus* n. 1001971-72.2018.8.01.0000).

Infere-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos crimes descritos nos arts. 2º da Lei n. 12.850/13, 33, 35 e 40, VI, da Lei n. 11.343/06 (organização criminosa, tráfico ilícito de entorpecentes e associação para o tráfico).

A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

*CONSTITUCIONAL. PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. NEGATIVA DE AUTORIA. VIA ELEITA INADEQUADA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA DEMONSTRADOS. DECISÃO CAUTELAR FUNDAMENTADA. PRESSUPOSTOS PREENCHIDOS. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INVIABILIDADE. MANUTENÇÃO NECESSÁRIA. DENEGAÇÃO.*

1. *Via eleita inadequada para avaliar as provas atinentes à autoria delitiva, vez que cabe à instrução processual, sendo inviável a realização de tal análise por meio de Habeas Corpus.*

2. *A prisão preventiva encontra-se devidamente fundamentada, bem como preenchidos os seus pressupostos, para a garantia da ordem pública e aplicação da lei penal.*

3. *As condições pessoais favoráveis não garantem a revogação da prisão preventiva quando há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção da custódia.*

4. *Impossível aplicar as medidas cautelares diversas da prisão, eis que a segregação cautelar foi decretada de acordo com*

*atos concretos apurados até o momento.*

5. *Habeas Corpus conhecido e denegado* (fls. 18).

No presente *writ*, sustenta inexistirem provas da participação do paciente nos delitos a ele imputados.

Alega excesso de prazo na formação da culpa, uma vez que o réu estaria acutelado desde o dia 13/09/2018.

Destaca ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, de modo que a custódia cautelar não estaria suficientemente fundamentada.

Aduz a suficiência da aplicação de medidas alternativas.

Afirma que, caso reste condenado, o paciente iniciará o resgate da reprimenda corporal em regime diverso do fechado, pelo que seria desproporcional mantê-lo acautelado.

Requer, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, com aplicação de medidas diversas do cárcere, previstas no art. 319 do CPP.

Indeferida a liminar (fls. 76/77), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 81/91).

É o relatório.

Decido.

O pedido está prejudicado.

Dos informes obtidos na página eletrônica do Tribunal de origem, verifica-se que em 20/12/2018 foi revogada a prisão preventiva do ora paciente.

Assim, constata-se a perda superveniente do objeto deste *mandamus*.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

